



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

ATA DA 437ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE JULHO DE DOIS MIL E QUINZE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.

Aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e quinze, às quinze horas, no Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), realizou-se a quadringentésima trigésima sétima Assembleia Geral Ordinária da entidade, presidida pelo prefeito de Rodeio, senhor Paulo Roberto Weiss e secretariada por mim, Michele Prada. Estiveram presentes prefeitos, técnicos e demais convidados, conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente da AMMVI agradeceu a presença de todos e convidou o segundo vice-presidente da Associação e prefeito de Indaial, senhor Sergio Almir dos Santos, para compor a mesa de trabalhos e, constatando quórum estatutário, deu início à assembleia. Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Leitura e votação da ata da assembleia anterior; 2 - Apresentação dos Correios; 3 - Saneamento básico e meio ambiente; 4 - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - Lei 13.019; 5 - Termo de Ajustamento de Conduta na área da transparência; 6 - Contas 2015; 7 - Projeto Saúde Pública de Excelência; 8 - Agendas institucionais; 9 - Assuntos gerais. O presidente apresentou o item um, confirmando o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para deliberação e, não havendo manifestação em contrário, o documento foi aprovado por unanimidade. Após, o presidente progrediu para o segundo item em pauta, momento em que convidou para fazer explanação o subgerente de vendas corporativas da diretoria regional de Santa Catarina da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), senhor Alexandre Brescansin. Este apresentou a estrutura da empresa, composta por cento e vinte mil colaboradores diretos, presentes em todas as regiões do país e no momento está numa crescente de melhorias de processos, de frotas, de agências e de sistemas. Atualmente foi implantado o sistema de mensagem via telefone celular como, por exemplo, o recebimento via sms pelo destinatário sobre a saída do carteiro para a entrega de um Sedex. Conforme divulgação feita pela Revista Exame, os Correios estão entre as vinte maiores empresas do Brasil e a empresa mais lembrada pela população. Além disso, outra fonte de pesquisa divulgou que o carteiro é a segunda profissão mais confiável do mundo e a terceira instituição com maior credibilidade, estando atrás somente da família e dos bombeiros. O senhor Brescansin disse que ano passado se estabeleceu uma parceria dos Correios com a Federação Catarinense de Municípios (Fecam), que abrange também as associações microrregionais e os municípios. Dentre os benefícios desta parceria estão: disponibilidade de uso do auditório dos Correios da regional de Florianópolis com capacidade de duzentos e cinquenta lugares, projetos para melhoria de endereçamento, descontos e preços progressivos, patrocínios em eventos de governo. Já entre os serviços voltados diretamente ao poder público que visam trazer economicidade estão carta simples, carta registrada, carta registrada com aviso de recebimento, carta/telegrama via internet, FAC, e-carta e produção de objetos. Este último consiste na recepção de arquivos eletrônicos com dados fixos e variáveis, processamento da informação, geração de objetos, dobragem, envelopamento, fechamento, franqueamento e triagem. Este modelo tem sido utilizado pelas prefeituras na cobrança de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Serviço (ISS), Contribuição de Melhoria e alvarás, podendo ser feita em até quatro páginas, sendo envelopadas em uma única correspondência. O serviço adicional de produção de objetivos postais beneficia os clientes na segurança e sigilo das informações, redução de custos, celeridade do processo, estrutura de suporte dedicada, agilidade no envio das mensagens para os destinatários. O preço fica em média R\$ 0,12 (doze centavos) no papel A4, somente frente; e R\$ 0,20 (vinte centavos) no papel A4, frente e verso. Segundo ele a legislação permite que este

1

44 serviço seja contratado pelos órgãos públicos por dispensa de licitação ou inexigibilidade. O subgerente
45 apresentou também as alternativas de marketing direto com soluções postais para divulgar as ações do
46 Governo (Lei de Acesso à Informação, informativos periódicos, prestação de contas) e soluções de
47 marketing direto (Correios Entrega Direta, Mala Direta Postal Básica ou Especial, Mala Direta
48 Domiciliária). Outro serviço à disposição das prefeituras é a certificação digital, para o qual há diversas
49 exigências legais, e serve também para o encaminhamento de informativos aos diversos órgãos. Na
50 região, somente Blumenau e Pomerode têm agência credenciada para este serviço que, segundo ele,
51 possui preço menor do mercado. Em prosseguimento, o senhor Weiss passou a palavra ao presidente da
52 Fundação do Meio Ambiente de Blumenau (Faema), senhor Fernando Leite, que discorreu sobre a
53 regulamentação de Blumenau nos afastamentos de rios. Na ocasião, ele relatou sobre o Decreto 10.670,
54 de seis de julho de dois mil e quinze, que regulamenta o processo de regularização ambiental de áreas de
55 preservação permanente existentes nas faixas marginais dos cursos d'água situados em zona urbana
56 municipal, para fins de regularização fundiária de interesse específico. Este documento reflete no Artigo
57 5º do Código Florestal Brasileiro que, na sua promulgação em dois mil e doze trouxe conflitos nos
58 municípios, principalmente aqueles com grande densidade hidrológica, impedindo o estabelecimento de
59 novos empreendimentos, como é o caso de Blumenau. Após, o assessor jurídico da Faema, senhor Carlos
60 Lang, falou sobre a regularização fundiária, cujo Estado das Cidades – Lei nº 11.977/2009 traz a
61 necessidade de os municípios regularizarem os imóveis em áreas de preservação permanente e/ou aqueles
62 que estiverem ao longo dos cursos d'água. Para isso, Blumenau está se ajustando para regularizar os
63 imóveis que se encontram nesta situação e titularizar a ocupação. Segundo o decreto, para ser considerado
64 imóvel em área urbana consolidada, o mesmo deve estar inserido em área urbana da cidade, ser atendido
65 por malha viária e, no mínimo, por dois dos itens a seguir: drenagem urbana, esgotamento sanitário,
66 abastecimento de água potável, distribuição de energia elétrica, limpeza urbana, coleta e manejo de
67 resíduos sólidos. O Código Florestal Brasileiro traz ainda que, em área urbana consolidada, deve haver a
68 densidade demográfica de cinquenta habitantes por hectare. Já o Ministério Público do Estado de Santa
69 Catarina constituiu uma comissão especial de estudos em legislação ambiental e desconsiderou este
70 requisito, porque inviabiliza grande parte das cidades. A Prefeitura de Blumenau definiu quais são as
71 Áreas de Preservação Permanente (APP): nas bacias hidrográficas de até vinte e cinco quilômetros
72 quadrados ao longo dos cursos d'água, a APP é de até quinze metros de cada lado; bacias hidrográficas
73 maiores de vinte e cinco quilômetros quadrados ao longo dos cursos d'água, a APP é de vinte metros de
74 cada lado; ao longo das margens do rio Itajaí-Açu foi estabelecido o recuo de quarenta e cinco metros,
75 independentemente da extensão da bacia hidrográfica. O senhor Lang ressaltou ainda que existem
76 algumas situações que não são passíveis de serem consolidadas, que são basicamente os imóveis que
77 apresentam riscos geológicos, atingidos por projetos de prolongamento, conta de enchente igual ou
78 inferior a dez metros, identificados como Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) e proteção de
79 mananciais. O interessado na regularização ambiental deve protocolar pedido junto à Faema
80 acompanhado dos documentos: cópia da consulta para construir; certidão de inteiro teor do imóvel
81 atualizada; número do cadastro ou da inscrição cadastral do imóvel no Município; planta de situação,
82 assinada por profissional habilitado; tipo de uso e ocupação do solo pretendido. Recebido o pedido, a
83 Faema encaminhará o processo à Secretaria Municipal de Planejamento (Seplan) que, após exame dos
84 dados previstos no Artigo 5º, instruirá o processo com informações relativas à especificação da ocupação
85 consolidada existente na área, utilizando-se como base as informações disponíveis nas plantas
86 cartográficas do Município, como sistemas de infraestrutura urbana e de saneamento básico implantados,





ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

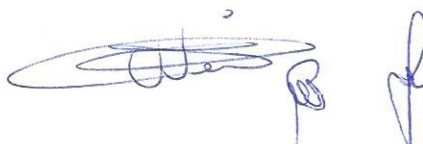
Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

87 e outros serviços e equipamentos públicos. Após a manifestação da Seplan, o processo seguirá para
88 análise da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão (Sedeci) para identificação, caso houver, dos
89 perigos e a estimativa dos riscos da ocupação para a integridade física dos ocupantes ou de terceiros,
90 considerando a suscetibilidades da área a movimentos gravitacionais de massa, inundações bruscas
91 (enxurrada) ou processo geodinâmicos e hidrodinâmicos correlatos, de conformidade com o Mapa de
92 Restrições de Ocupação. Não identificadas restrições à regularização ambiental nas informações prestadas
93 pela Seplan e pela Sedeci, o processo será devolvido à Faema, à qual caberá a análise do processo de
94 regularização ambiental da APP. O decreto vem atender às disposições do Código Florestal Brasileiro,
95 cujo Artigo 65 estabelece a obrigatoriedade dos Municípios fixarem a área urbana consolidada por meio
96 de regulamentação. Para o prefeito de Indaial, este decreto é um avanço, pois em algumas comarcas ainda
97 se está discutindo com o Ministério Público o que é uma área consolidada e há divergências de
98 interpretação. O senhor Lang informou que há algumas jurisprudências determinando que, nos casos de
99 áreas urbanas, pode-se aplicar a Lei de Parcelamento do Solo e não o Código Florestal Brasileiro. Em
100 deliberação, o presidente sugeriu a elaboração de um documento tratando do assunto pela AMMVI e
101 encaminhá-lo às Comarcas da região. O secretário executivo da AMMVI, senhor José Rafael Corrêa,
102 propôs ainda que a Associação busque documentos de outras Comarcas e agende audiências com os
103 promotores da área para esclarecer o assunto. Findada a apresentação, o presidente falou da palestra sobre
104 o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - Lei 13.019, realizada pela AMMVI no dia
105 dezesseis de julho, das dezenove às vinte e duas horas, na qual participaram mais de cento e cinquenta
106 pessoas, dentre elas servidores públicos, técnicos municipais e representantes de entidades não
107 governamentais. O secretário executivo informou que o prazo para entrada em vigor da lei foi prorrogado
108 para janeiro do próximo ano, sendo esta uma vitória do movimento municipalista, pois o pedido vem
109 sendo feito desde o ano passado e se tornou reivindicação das entidades microrregionais e estaduais de
110 municípios. Desde a publicação da Lei, a AMMVI tem participado de encontros a respeito do tema, como
111 também fomentado discussões para compreender as mudanças e repassá-las aos municípios, pois a
112 exigência é significativamente maior. Para os municípios da AMMVI a prorrogação do prazo não terá
113 muita influência, pois os gestores e técnicos já tinham sido orientados a prorrogarem os contatos com as
114 entidades. Apesar disso, há um trabalho extenso a ser feito até janeiro para que os municípios estejam
115 preparados e as comissões de trabalho sejam montadas, bem como que as entidades se preparem para
116 atender as novas exigências. Dando continuidade, passou para Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)
117 na área da transparência. Neste item, o secretário executivo disse que o assunto está em andamento nos
118 municípios, pois alguns já assinaram o TAC e outros estão em negociação das diretrizes. Como será feita
119 nova avaliação pela Controladoria Geral da União (CGU) no segundo semestre, a controladoria interna da
120 AMMVI está cobrando resolutividade dos municípios e acompanhando a evolução das informações nos
121 sites municipais. Em seguida, o senhor Corrêa abordou o sexto assunto em pauta, momento em que
122 apresentou a evolução do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que até junho deste exercício
123 teve um acréscimo de 7,6%, porém a previsão é que em julho seja 30% menor do que o mês anterior e
124 2,55% maior se comparado ao ano anterior, descontado o 0,5% que será depositado. Em agosto deverá
125 subir 20% e cair 5% em setembro. Já o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) teve
126 queda em maio e em junho em relação aos meses anteriores, e o acumulado até junho cresceu 5,8% se
127 comparado a dois mil e catorze. O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)
128 também teve pouco crescimento, sendo de 6,7% em junho, e a inflação está em 8,89%. Além disso, há a
129 crescente da folha de pagamento em função do crescimento vegetativo, pisos salariais, triênios e demais

130 benefícios. O prefeito Tomasseli chamou a atenção também para a queda do Fundo de Manutenção e
131 Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) de 5,4%,
132 o que não tem acontecido nos últimos anos. Dentro do assunto, o senhor Corrêa indagou aos prefeitos se o
133 aumento da energia elétrica causou desequilíbrio na arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço
134 de Iluminação Pública (Cosip). O prefeito de Rio dos Cedros lembrou que o aumento da contribuição só é
135 possível por publicação de lei municipal. O senhor Corrêa explicou que se deve verificar a legislação
136 municipal, pois algumas trazem que valor é fixo e em outros municípios o valor acompanha o aumento da
137 Celesc, necessitando que a legislação seja ajustada. O secretário executivo informou ainda que as Centrais
138 Elétricas de Santa Catarina (Celesc) procuraram a AMMVI para responder ao contato feito pela entidade,
139 a fim de tratar de biometanização e utilização da rede de fibra óptica. Aproveitando o assunto de energia
140 elétrica, o senhor Corrêa informou que há demanda do Colegiado de Iluminação Pública de treinamento
141 para habilitar técnicos da área sobre algumas normas técnicas. A engenheira civil Vanessa Cristina de
142 Sousa pediu há algumas semanas aos técnicos municipais que manifestassem interesse, porém houve
143 retorno de poucos municípios. Diante disso, o senhor Corrêa indagou os prefeitos sobre a necessidade do
144 treinamento, os quais deverão demonstrar em até uma semana interesse de participar do treinamento. Os
145 prefeitos salientaram ainda que, embora o serviço seja terceirizado em alguns municípios, os técnicos que
146 fiscalizam o trabalho também devem fazer o curso para compreender as regras. Prosseguindo a ordem do
147 dia, o presidente declarou que está em andamento o Projeto Saúde Pública de Excelência. O secretário
148 executivo informou Apiúna precisa entregar a pesquisa na área da saúde para formação do banco de
149 dados. A AMMVI enviará novamente o questionário para o endereço eletrônico do gabinete e da
150 secretaria de Saúde. A nova etapa do projeto Saúde Pública de Excelência entrará na fase de custos, com
151 previsão para entrega em outubro do levantamento de dados mais amplo na área de custeio de saúde para
152 verificar o real investimento da União, do Estado e do Município, a fim de verificar os valores que vêm
153 sendo bancados pelos Municípios na área e que não são de sua competência. Buscar-se-á ainda fazer o
154 levantamento dos custos de manutenção de cada posto de saúde e, para isso, será implantando um projeto
155 piloto em Gaspar e Indaial. Outro ponto é a reunião com o secretário de Estado da Saúde, João Paulo
156 Karam Kleinübing, para cobrança da pauta de reivindicações. A ideia é fazer a reunião no dia da
157 assembleia geral ordinária, em que o presidente propôs para treze de agosto, junto com as comemorações
158 do aniversário de quarenta e seis anos da AMMVI, a ser completado no dia dois de agosto. Conforme
159 relato de alguns municípios, ainda há atraso no repasse do Estado na área da saúde. O presidente frisou
160 que, no caso de Rodeio, referente as adesões feitas aos programas estaduais no início do ano, o repasse de
161 recursos ainda não aconteceu. Segundo ele, além dos Municípios estarem custeando áreas que não são de
162 suas respectivas responsabilidade, não estão recebendo recursos para subsidiar os programas estaduais e
163 federal. O prefeito Weiss disse ainda que a cobrança em cima de Kleinübing deve ser maior, pois o
164 subfinanciamento vem comprometendo os cofres municipais e a proposta do Estado de repasse dos
165 valores até maio não foi cumprido. O prefeito de Timbó, senhor Laércio Demerval Schuster Junior, disse
166 que a cobrança deve ser mais enfática, pois os municípios são exigidos pela população e devem resolver a
167 situação. Segundo ele, é imprescindível que o Estado resolve, no mínimo, o repasse do custeio dos
168 programas, que já não cobrem integralmente os valores de manutenção. Caso contrário, os prefeitos
169 deverão encontrar nova solução. O secretário executivo da AMMVI apresentou a matéria do Jornal de
170 Santa Catarina, da edição de vinte de julho, que aponta que desde dois mil e oito as despesas correntes das
171 administrações municipais em Santa Catarina vêm crescendo mais do que a arrecadação. O senhor Corrêa
172 pegou dados do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) e exemplificou Blumenau, que de dois





ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

mil e oito a dois mil e catorze o investimento em saúde subiu 176,89%. Isto significa que recursos da União e do Estado são insuficientes e o Município está arcando com valores que não são seus. Já as despesas com Educação Infantil e Ensino Fundamental, o custeio aumentou 123,09%, ao passo que no mesmo período a receita de impostos foi de 93,55%. O secretário executivo sugeriu que novo ofício seja enviado ao secretário de Estado e que na reunião de agosto os prefeitos estejam unidos para fortalecer a cobrança. O prefeito de Timbó reforçou que o documento deve chamar atenção para o pagamento dos valores de manutenção dos serviços que os Municípios estão prestando e estão pactuados há tempo. O prefeito de Rio dos Cedros, senhor Fernando Tomaselli, sugeriu que a reunião deve ser objetiva e o documento sinalizando que a data venceu e cobrando quando será feito o repasse dos recursos. O prefeito de Pomerode, senhor Rolf Nicolodelli, disse que os prefeitos querem receber o que estão investindo. O presidente, como encaminhamento, disse que conta com a presença dos prefeitos na reunião de agosto e o agendamento com Kleinübing será confirmado. Em continuidade, o secretário executivo da AMMVI informou as agendas institucionais, avisando que uma reunião está agendada com o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Carlos Chiodini, para dia vinte e oito de julho. Além disso, em agosto está marcada para dia seis reunião do Colegiado de Educação, com a presença do diretor de Apoio ao Estudante da Secretaria de Estado da Educação, senhor Osmar Matiola, em que deverá participar também algum prefeito. No mesmo mês, será agendada reunião com o secretário de Estado da Fazenda para tratar do movimento econômico, com o secretário de Estado da Saúde, com o superintendente regional do Departamento Nacional de Trânsito (Dnit) em Santa Catarina. Já em setembro, será feita agenda com os deputados estaduais que representam a região. Em assuntos gerais, o presidente colocou em pauta o Fundo de Apoio aos Municípios (Fundam), com o qual o prefeito tem tido dificuldades em Rodeio pela ausência de pagamentos, o que também é pertinente em outros municípios. O prefeito pediu que, se até treze de agosto a situação não tiver sido regularizada, que a AMMVI envie ofício ao governador Colombo manifestando descontentamento e solicitando solução. O prefeito de Apiúna, senhor Nicanor Morro, expôs o problema em seu município sobre a coleta de lixo reciclável, que atualmente acontece por um grupo de pessoas e o prefeito está buscando nova solução. Ele questionou como isso acontece nos outros municípios e se estes têm modelo para compartilhar. O prefeito Rolf Nicolodelli falou da experiência de Pomerode, em que o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode (Samae) coordena a coleta, a seleção e a venda dos materiais recicláveis. O prefeito Tomaselli também falou como acontece em Rio dos Cedros, em que todo reciclado é tido como patrimônio. O prefeito está participando de um projeto com técnicos da AMMVI para montar uma estrutura de forma consorciada para atender esta demanda por meio de uma central de triagem, em que será utilizado o aterro sanitário do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (Cimvi) ou a estrutura de Indaial, fazendo a venda do material de forma conjunta, a fim de buscar um melhor resultado. O prefeito de Timbó também relatou a experiência, a origem do Cimvi e alguns valores dos resíduos, alertando que, por enquanto, a coleta é deficitária. Em continuidade, o prefeito Nicolodelli perguntou quais municípios tem Conselho Municipal de Contribuintes e sugeriu instituir um Conselho Intermunicipal de Contribuintes, pois os municípios estão tendo dificuldades em criar e manter tais órgãos, uma vez que estão ocorrendo alguns questionamentos sobre estes e é pertinente a dificuldade de executar algumas cobranças e julgamentos. O senhor Corrêa disse que o tema será inserido na pauta do Colegiado de Fazenda da AMMVI, para que os secretários da área decidam em conjunto e possam viabilizar a sugestão. Seguindo para o término da assembleia, os prefeitos agendaram o próximo encontro para treze de agosto, no período vespertino. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da AMMVI encerrou a assembleia, agradecendo a presença de todos. E para



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

216 constar, eu, Michele Prada, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim,
217 pelo senhor presidente e pelo senhor secretário executivo da AMMVI.

Paulo Roberto Weiss
Presidente da AMMVI
Prefeito de Rodeio

José Rafael Corrêa
Secretário Executivo da AMMVI

Michele Prada
Assessora de Comunicação Social da AMMVI

218
219